

190									400	2
-----	--	--	--	--	--	--	--	--	-----	---

FHC discute a demarcação de áreas indígenas

Brasília (AE) — O presidente Fernando Henrique Cardoso, a primeira-dama, dona Ruth, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e 12 antropólogos se reuniram ontem no Palácio da Alvorada para discutir propostas de revisão do Decreto nº 22, de 1991, que trata do processo de demarcação de terras indígenas. O governo quer, pelo diálogo com representantes de entidades de proteção aos índios, acabar com os problemas de contestação das desapropriações de terras para criação de reservas. A próxima consulta será feita à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) discorda da forma como o governo está conduzindo a questão da demarcação de terras. Em correspondência enviada a Fernando Henrique, no mês passado, o Cimi fala de sua preocupação com o assunto. "Não se concebe que as terras indígenas tenham seus limites explicitados com a participação de particulares ou com órgãos públicos que reivindicam a posse, a ocupação ou o domínio dessas terras", diz o conselho. A correspondência acrescenta que "o Cimi sempre testemunhou ações inescrupulosas desses grupos na apropriação de terras indígenas".

O Conselho Indigenista denuncia também "exemplos nefastos de conivência administrativa que consistem na redução do território Waimiri/Atroari, em benefício da empresa de mineração Taboca, do Grupo Paranapanema, a invasão do território do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, no estado da Bahia, e a construção da BR-364 cortando ao meio o território Nambikwara".